

AS MARCAS DA PANTERA: MICHEL FOUCAULT NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Luzia Margareth Rago

*(Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP
São Paulo/Brasil)*

Quero agradecer o convite para participar deste seminário e fazer duas colocações iniciais. Quando pensei no tema, 'Foucault na historiografia brasileira', fiz um balanço do que mais ou menos eu conhecia produzido em história com uma marca forte do filósofo. Lembrei-me das polêmicas acirradas que aconteciam na UNICAMP e imediatamente me veio à mente o filme *As marcas da pantera*, como que uma brincadeira que fiz, porque a pantera é sempre uma figura muito misteriosa, que aparece e some rápido e eu acho que Foucault tem essa caratefística de entrar inesperadamente e desaparecer. Também queria fazer uma ressalva quanto ao fato de que considero Foucault um autor difícil e não me sinto totalmente autorizada a falar dele. Como filósofo, ele requer um conhecimento muito mais aprofundado. Não obstante, ele foi apropriado pelos historiadores e tem marcado uma parte importante da nossa produção e é nesse sentido que eu vou falar, em função dessa produção historiográfica.

Esse texto pretende ser uma contribuição para se pensar a importância que este filósofo exerceu nos meios acadêmicos, em particular entre os historiadores, lembrando que essa reflexão enfatiza uma prática histórica particular. Temo que o meu texto se remeta

demais a São Paulo, à produção da UNICAMP e da USP. No Rio de Janeiro há também muitos trabalhos, mas eu me omiti de mencioná-los por que muitos são desdobramentos de outros estudos e assim é mais interessante me referir a uma matriz ou a um trabalho pioneiro.

A partir de suas problematizações definiu-se um novo campo conceitual e alterou-se radicalmente a maneira pela qual o historiador trabalha sua matéria, levando o não menos importante Paul Veyne afirmar que "Foucault revoluciona a história". Proponho, então, situar três momentos em que as colocações foucaultianas marcaram a produção historiográfica brasileira, embora eu ache que não seja apenas a brasileira; valeria considerar também a historiografia francesa de quem temos uma influência muito forte.

Desses três momentos, quero destacar o primeiro, que se caracteriza pelo privilegiamento da *concepção de poder* enquanto positividade. O segundo, remete à *eliminação do sujeito* enquanto agente histórico fundamental, produtor central dos acontecimentos sociais, e aí a guerra é brava. O terceiro vê entrar em cena reflexões sobre os *modos de subjetivação e seus processos diferenciados*. Embora essa divisão não obedeça necessariamente a uma ordem cronológica, parece que nós fizemos um caminho inverso em relação à produção do autor. Enquanto este passou da análise arqueológica às relações de poder, nós o encontramos inicialmente em seu principal estudo histórico propriamente dito, que é *Vigiar e punir*, para mais tarde procurarmos as suas formulações anteriores. A impressão que me fica é que nós, historiadores, tivemos um contato maior com os textos selecionados por Roberto Machado sobre o poder para o seu trabalho histórico e depois fomos ler a *História da loucura*, *A arqueologia do saber*, a *História da sexualidade*, quer dizer, desobedecendo o seu próprio percurso cronológico. Houve um momento em que a *A arqueologia do saber* teve mais ressonância na Lingüística e na Literatura do que na História propriamente dita.

Contudo, eu gostaria de lembrar alguns trabalhos — dois basicamente — produzidos na década de 70, antes ainda que houvesse esse grande impacto dos trabalhos do Foucault, mas que já revelavam sua marca. Estou pensando na tese de Doutorado da professora Stella Bresciani, que nós todos conhecemos, embora não esteja publicada, que se chama "*Liberalismo, ideologia e controle social*". Nesta, a

autora estuda a construção de uma nova ordenação do social no período republicano, a partir das práticas discursivas dos grupos dominantes e da produção de enunciados que visavam instituir uma nova figura do trabalhador livre e uma concepção positiva do conceito de trabalho. É uma lástima que seu trabalho não tenha ainda sido publicado, mas a influência que o mesmo exerceu não foi menor, porque linhas de pesquisa se constituíram no interior da UNICAMP, muitas teses de Mestrado e Doutorado têm sido orientadas por ela e acho que é uma pessoa de peso bastante forte no nosso meio. Esse trabalho foi produzido em 1976. Mais para o final da década, em 1979, um outro historiador, também de impacto, apresentou o trabalho que, posteriormente, foi publicado com título de *“O silêncio dos vencidos”*, que também era a sua tese de doutorado. Apesar do prefácio escrito por Marilena Chauí, acentuando uma inspiração forte em Walter Benjamin, Edgar de Decca trabalhava com a ordem do discurso dos vencedores num plano arqueológico, mostrando como se institui um sentido determinado dos acontecimentos históricos e se produz a memória do passado, silenciando o discurso dos vencidos, ou mesmo eliminando do cenário histórico a configuração de conflitos que num determinado momento questionaram fundamentalmente os rumos da história.

O livro não é nada fácil e levou a muitas incompreensões. Muitos acharam que ele estava pretendendo retirar os vencidos do silêncio e é visível que não era exatamente essa a proposta, a de dar voz aos silenciados, aos dominados, mas sim a de mostrar como é que se produz o silêncio dos vencidos. E o título é esse mesmo, embora não tenha sido o autor que o tenha dado. O inicial era *“Dimensões históricas do insucesso político”*. Seu objetivo foi entender como o discurso da dominação produz o silêncio dos vencidos e tentar mostrar essa correlação de forças no campo enunciativo, o que faz com que outras referências, inclusive cronológicas, sejam eliminadas de cena em todo um campo de discussão.

Destaco estes dois trabalhos, mas quero lembrar que não os considero “trabalhos foucaultianos” propriamente. Os autores inspiram-se em várias fontes, o que torna difícil rotulá-los.

Apesar do enorme impacto que esses trabalhos produziram nos meios acadêmicos, direta ou indiretamente (indiretamente, à medida

que várias teses foram orientadas a partir dessa referência, vários trabalhos foram produzidos e houve uma circulação muito grande de idéias, enfim, constituíram-se linhas de pesquisa de relativa expressão), parece-nos que grande parte da produção historiográfica ligada a Foucault, ao menos durante a década de 80, caracterizou-se por uma apropriação particular da noção de poder disciplinar. Particularmente porque, na minha opinião, foi uma apropriação muito pontual. Havia um interesse por essa concepção de poder disciplinar que permitia pensar as relações de dominação para aquém ou para além do Estado, mas não se assumia necessariamente todos os dardos que o filósofo lançava contra os postulados do marxismo.

O próprio Foucault diz que ele nunca esteve muito preocupado em destruir ou criticar o marxismo, que a questão dele não era essa, como por exemplo foi para Claude Lefort ou Castoriadis, mas que ele estava preocupado em responder às suas problemáticas e, a partir disso, formular conceitos que dessem conta de responder a essas problemáticas. Agora, se ele põe em xeque concepções do marxismo, é outra questão.

Enfim, referindo-me a essa concepção do poder disciplinar, acho que todo mundo que teve algum contato com Foucault sabe bem que ele critica a concepção jurídica do poder, chamando a atenção para a dimensão imaginária do poder, ou seja, para a idéia de que este se apresenta através de inúmeras figuras e de que há uma ou mais representações do poder. Penso que Foucault desmontou uma série de concepções estreitamente articuladas, como a de que o poder, além de negativo, estaria localizado num ponto fixo: o Estado e as políticas institucionais. E chamava atenção para o fato de que a dominação é muito mais sofisticada, mais complexa e que para se sustentar enquanto uma forma de dominação localizada e fixa, o poder necessita dessa própria representação, ou seja, de se apresentar como “coisa” que uns detém e outros não. Foi desta maneira que pensamos o poder por muito tempo.

Revedo rapidamente alguns pontos dessa positividade do poder, Foucault questiona uma representação essencialmente jurídica que considera o poder como “coisa”, mostrando suas limitações para se pensar a dominação na sociedade moderna. Segundo ele, se pensarmos o poder apenas negativamente, ou seja, como força repressiva

que cala, silencia, abafa, ficamos com uma dimensão reduzida de suas múltiplas manifestações. Trata-se, pois, de percebê-lo em sua dimensão relacional e em suas múltiplas formas de manifestação estratégica, nos inúmeros momentos da vida social, contra o mito libertário das sociedades sem Estado, para usar a expressão de Pierre Clastres. Foucault revela que somos todos capturados por uma imensa rede de relações que, paulatinamente, recobriu e conformou a sociedade disciplinar, historicamente datada, vale lembrar, rede essa necessária, por sua vez, para toda a sustentação de representação do Estado como força repressiva e como máquina exclusiva da dominação. Para o estudo das formas de dominação burguesa, apontava para a análise não só dos regimes políticos, mas para uma análise do poder.

Essas noções causaram grande impacto, o que também se deve ao momento, porque afinal Foucault tinha escrito já muito anteriormente, assim como Thompson, cujo livro de sessenta e poucos teve um impacto muito grande para nós no início da década de 80, que é um momento em que o país, recém egresso da ditadura militar e no auge da explosão dos movimentos sociais, vê um horizonte possível, hoje extremamente abalado.

O potencial anti-autoritário se evidencia tanto nas críticas internas e externas dos grupos minoritários como no comportamento questionador dos jovens, mulheres, trabalhadores, etc. Cada um a seu modo tomava contato com a noção de direito à cidadania. Nesse contexto, a redescoberta do anarquismo e a aproximação com Foucault, na minha opinião, não foi mero acaso. Participaram ambos de um momento de intensa contestação social e do deslumbrar de novos possíveis, na virada da década de 70 para os anos 80.

Questionando a noção de poder como repressão cara tanto ao marxismo quanto à psicanálise, Foucault atentava para sua incidência sobre o corpo do indivíduo, enquanto bio-poder. Descartando a “hipótese repressiva”, segundo a qual teríamos uma natureza essencial primeira que o poder viria reprimir, (por exemplo, o desejo, a sexualidade variam historicamente apenas em função da maior ou menor força de repressão civilizadora, quer dizer, era assim que os estudos de história explicavam os comportamentos), ele mostrava que nada temos de natural.

Lembro o trabalho não de um historiador, mas de um sociólogo alemão, que está tendo uma certa penetração entre nós agora, Nobert Elias, que defende a tese de que o homem na Idade Média era muito mais expansivo, manifestava seus impulsos primários de uma maneira muito mais livre porque o impacto da civilização, da cultura, ainda não havia domesticado seus sentidos. Então, ao longo da Era Moderna, ele sofre este processo de repressão e domesticação dos instintos, transformando e trabalhando sua natureza essencial primeira. Este escritor trabalha com a “hipótese repressiva” que Foucault critica. Segundo este filósofo, não existe esta essência natural, esse momento inicial sobre o qual a cultura vem deixar marcas impressas. Ele considera que somos produtos culturais.

E, assim, Foucault afirma que não temos nada de natural e nem mesmo o ato de comer poderia ser pensado deste modo, pois não há essência humana situada no campo da natureza sobre a qual a cultura investiria, que é muito essa concepção do poder negativo. Quer dizer, teríamos um sujeito mais livre que, ao longo dos séculos, seria marcado pela civilização, pelo processo civilizador e, portanto, tenderia a se comportar de outra maneira, teria que se enquadrar a outros códigos comportamentais. Diz Foucault, tudo é histórico e cultural no ser humano. Os sujeitos não pré-existem para entrar posteriormente em relações conflituosas ou harmoniosas. Eles atuam num campo de batalha onde não há bastidores. Ou seja, esta questão é muito complicada, mas eu só posso avançar até aqui porque ela coloca em xeque a concepção de que existe um real ao qual chegamos desvelando a aparência. Uma grande dificuldade que nós temos para conhecer o “pensamento diferencial” é exatamente a formação de vinte anos no interior do marxismo, quer dizer, nós que fizemos a faculdade no final dos anos 60 tivemos muito fortemente esta orientação e tomar contato com essa “filosofia da diferença” significa um trabalho de desmontagem muito grande. Muitos colegas realmente se recusam, conscientemente, porque acham que já está muito tarde para investigar em um novo campo conceitual.

Sua concepção positiva do poder politizou inúmeros planos da vida em sociedade, permitindo que inúmeras disciplinas científicas repensassem seus procedimentos metodológicos e teóricos, a exemplo da Arquitetura ou da Geografia, que passaram a se ocupar não apenas

das formas físicas dos espaços materiais, mas das relações de poder e do entrecruzamentos de saberes.

Então eu queria me deter em dois pontos. Vários trabalhos foram produzidos, por exemplo na Geografia, na Arquitetura, incorporando a noção de poder disciplinar. É nesse sentido que estou dizendo que a sua concepção de poder permitia politizar inúmeros planos da vida em sociedade. Lembro o trabalho, por exemplo, de Raquel Rolnik que não foi publicado. É uma tese feita na Faculdade de Arquitetura da USP, que se apresenta como “Geografia do Poder” e que se chama “*Cada um no seu lugar*”. É um estudo sobre São Paulo, trabalhando com as estratégias disciplinares e o enquadramento do espaço urbano, a classificação dos indivíduos no momento da modernização e industrialização. Outros trabalhos foram produzidos por historiadores, geógrafos, arquitetos, também a partir da noção de arquitetura da vigilância. Esta produção alterou profundamente a maneira pela qual os arquitetos pensavam a própria questão dos espaços físicos. Isso é um ponto que eu queria chamar atenção, porque na medida em que se passou a pensar que o poder não era uma coisa localizada num determinado ponto, mas que ele nomeava a sociedade e constituía uma rede de relações no interior da qual estávamos todos, abria-se a possibilidade de se pensar o poder no espaço, nas disposições arquitetônicas, em relação à educação, à escola. Houve uma ampliação muito grande dos campos temáticos e uma alteração, portanto, muito grande também, das referências metodológicas.

Ao mesmo tempo, esta noção de poder implodia com a noção de ideologia. Por quê? Porque, para Foucault, não apenas a alma, a consciência, o intelecto, mas o corpo do indivíduo, o automatismo dos gestos, a postura, o comportamento, a percepção eram investidos pelo poder. Isto me lembra a antiga polêmica sobre os efeitos perversos da televisão. Vários amigos não gostavam que os filhos assistissem à televisão, porque esta passaria ideologias, formaria cabeças, imporá valores, como se a dominação se fizesse apenas desta maneira, nesta direção. Então este foi um ponto fundamental para os historiadores: a dominação não se fazia apenas de cima para baixo, do Estado para a “sociedade civil” usando um conceito gramsciano, ou ainda da mídia para os consumidores passivos, como quer a Escola de Frankfurt, em especial Adorno, mas incidia pelos espaços físicos e institucionais, a

despeito do controle e da vontade dos indivíduos. Quer dizer, o poder atinge e produz os indivíduos e não apenas os pobres. Não opera uma demarcação classista, porque ele atua sobre todos.

Sem negar a existência da dominação classista, Foucault alertava para uma forma de percepção segundo a qual o exercício do poder aparecia como muito mais sutil, permanente, produtivo e microscópico. A hegemonia não se construíra apenas pelo silenciamento, mas pela própria produção da subjetividade, o que para nós foi uma inversão total. A dominação não percorria o caminho da alma para o corpo, como nós tínhamos aprendido, mas ela poderia vir das coisas para o corpo e para as idéias, e aqui estou pensando no trabalho de um francês chamado François Béguin. Em um texto, *As maquinárias inglesas do conforto*, muito interessante e muito utilizado nos cursos da História da UNICAMP, ele mostra como a introdução de novos equipamentos tecnológicos, por exemplo a canalização da água, as torneiras no interior das casas, a geladeira, os eletrodomésticos, transformaram profundamente o próprio indivíduo e suas práticas sociais. A partir do momento em que as pessoas tinham água no interior da casa e não mais precisavam se locomover para o pátio da praça para ir buscá-la, determinadas relações sociais eram curto-circuitadas, quer dizer, o encontro espontâneo que teria ocorrido entre o carregador da água e a empregada deixou de existir porque o indivíduo se privatizava. E ele diz: mais do que uma privatização dos hábitos, a própria disposição desses equipamentos levava o indivíduo a incorporar uma sucessão de novos hábitos. Da água canalizada à geladeira, à televisão, agora ao video-cassete, ou seja, uma série de comportamentos eram privatizados e trazidos para o interior da casa e, com isso, o comportamento e as próprias idéias das pessoas se alteravam. Então o trabalho para nós foi muito interessante porque fazia justamente o percurso inverso: mostrava a dominação não vindo da alma para o corpo, mas vindo do ambiente material e dos equipamentos eletrodomésticos — que produzem o conforto — para a mente.

Gostaria de falar de alguns trabalhos que, a partir deste, influenciaram a nossa produção historiográfica. Embora seja difícil caracterizar certos historiadores como foucaultianos porque vivemos uma época de recusa aos rótulos, o que é muito bom, foram vários os autores que se aproximaram do filósofo. Num primeiro momento,

encontramos trabalhos nitidamente foucaultianos, aliás trabalhos de história não feitos por historiadores, como exemplo Roberto Machado com a obra *Da nação da norma*, excelente estudo realizado pelo filósofo e um grupo de pessoas. Ou *Ordem médica e norma familiar*, do Jurandir Freire Costa, que é psiquiatra. São trabalhos assumidamente foucaultianos feitos antes mesmo que nós historiadores tivéssemos tido um contato mais estreito com Foucault, produzidos em setenta e pouco.

Na França, criou-se uma revista de História muito importante, chamada *Recherches*, e vários livros foram publicados abrindo-se muitos campos de pesquisa. Desta revista, eu destaco alguns números como *O soldado do trabalho*, reunindo uma série de artigos sobre o taylorismo nos Estados Unidos, na França e na Itália, sobre a disciplina industrial e a militarização da fábrica após primeira guerra mundial. Outro número da revista é *L'Haleine des Faubourgs*, que trabalha com as formas de gestão pública e privada da cidade e de seus habitantes. Um outro, chamado *Disciplinas a domicilio*, sobre a medicalização da família. E um outro número também bastante expressivo *O pequeno trabalhador infatigável*, que aborda as formas de submissão do menor ao trabalho fabril e a domesticação da família operária. Esse grupo de historiadores muito conhecidos como Stedman Jones, Alain Corbin, Michelle Perrot e outros. Aliás, esses dois últimos, embora sem renunciar à sua formação "Annalista" mesclada com uma tradição marxista, apropriaram-se da concepção do poder que permitia pensar tanto o indivíduo como a organização espacial da cidade ou a constituição de uma sensibilidade fortemente marcada pelas estratégias tecnológicas do poder. M. Perrot tem inicialmente um trabalho marxista e posteriormente ela abre muitos outros campos de pesquisa. Em português, existe uma coletânea *Os excluídos da História*, onde vemos a historiadora francesa trabalhar com questões que vão desde a condição do operariado, das mulheres, as prisões aos bandos de jovens na França do começo do século, compondo uma ampla gama de pesquisas.

O conforto — estou pensando no trabalho do François Beguin — introduzido pelo desenvolvimento tecnológico, com as suas maquinárias instaladas no lar ao longo do século XIX, incitando aos comportamentos íntimos e ao culto do eu; a fábrica higiênica, desodorizada

e especializada, produzindo a subjetividade do trabalhador; a escola normativa, conformando o corpo dos alunos não apenas pela difusão de idéias e de valores conservadores, não mais enquanto "aparelho ideológico do Estado" mas pela produção do próprio indivíduo e de sua maneira de ser, agir e pensar; a segregação espacial dos habitantes da cidade, normatizando os comportamentos, classificando os gestos, identificando os tipos urbanos, rotulando-os segundo categorias do normal e do patológico, a partir de sinais orgânicos ou das próprias roupas, assim como as mutações nas formas disciplinares e nas resistências sociais foram temas abordados com muita freqüência nos estudos produzidos aqui e no exterior.

Voltando a atenção para o Brasil, destaco *Da nação da norma*, do Roberto Machado e *Ordem médica e norma familiar*, de Jurandir Freire Costa. Além desses estudos, gostaria de mencionar o trabalho de uma socióloga, que produziu sua tese em história: Amnérís Maroni com a obra *A estratégia da recusa* e o trabalho de Liliana Segnine, *Ferrovias, ferroviários*. Esses dois livros lidam muito com a questão da disciplinarização do trabalho e do processo de trabalho. Maria Clementina Cunha escreveu *O espelho do mundo*, um trabalho sobre a loucura e o hospício. *Do cabaré ao lar : A utopia da cidade disciplinar*, onde tento mostrar como se constitui um projeto de dominação a partir de práticas tecnológicas de produção do trabalhador e como o anarquismo pode ser pensado como um projeto que também aponta para outras estratégias de formação do trabalhador. Alcir Lenharo escreveu *A sacralização da política*, trabalhando com a década de 30. E esses trabalhos todos tiveram muita influência uns sobre os outros. Trocávamos muitas informações, conversávamos muito e todos foram produzidos na primeira metade da década de 80.

Certamente é preciso levar em conta a maneira como esses trabalhos se inscrevem, direta ou indiretamente, numa perspectiva teórica foucaultiana. Embora não se possa falar deles todos como um único bloco, foram fortemente marcados pelas noções de disciplina, micropolítica, normatização dos gestos, mostrando, cada um a seu modo, a produção do indivíduo pelas malhas do poder. Do mesmo modo, ganharam destaque os trabalhos de Alain Corbin que fez o melhor estudo que conheço sobre a história da prostituição na França

do século XIX, trabalhando com o discurso médico, jurídico, criminológico, enfim, com a construção do fenômeno.

Em *Saberes e odores*, Corbin analisa a constituição de uma nova sensibilidade olfativa, atento aos modos pelos quais a burguesia instituiu seu poder através da difusão das noções do certo e do errado em relação aos comportamentos higiênicos e às percepções olfativas. A dominação burguesa, mostra ele, passa também pela imposição de uma determinada forma de percepção dos cheiros, de uma determinada resistência ou aceitação de sua classificação e codificação sensorial. Para quem não conhece o livro, *Saberes e odores*, é uma história dos cheiros, de como uma sensibilidade olfativa esquadrinha o espaço, distinguindo entre o cheiro gostoso e o mal-cheiroso, entre o cheiro da mulher jovem e da mais velha, entre o da mulher “normal” e a prostituta, entre a criança e o adulto, o branco e negro; enfim, é um estudo que trabalha com a constituição dessa sensibilidade que esquadrinha o odor dizendo o que é bom, certo, gostoso, ruim, fétido, etc. Ele mostra como isso é também uma forma de dominação.

Já Michelle Perrot, em inúmeros artigos recentemente reunidos no livro *Os excluídos da História*, que acabei de citar, atentava para as possibilidades de exploração da análise microfísica do poder nos campos da organização capitalista do processo de trabalho, nas formas de distribuição dos pobres nas prisões e nos asilos na França do século XIX, na ocupação do espaço urbano pelas “mulheres rebeldes”, que é uma expressão dela, e grupos marginais de jovens, tipo “apaches” resistindo contra a construção da sociedade panóptica. Os institutos disciplinares da infância, as fábricas, hospícios, asilos foram incorporados como domínios fundamentais para o conhecimento da sociedade moderna por esta historiografia.

Acho pessoalmente que não é só Foucault quem leva à exploração destes novos campos temáticos. Evidentemente, são vários autores que tiveram impacto naquele momento, mas há uma forte ressonância dos seus trabalhos e que visivelmente remetem a estas concepções, à disciplina, à sociedade disciplinar.

No Brasil, vale destacar os estudos sobre os sistemas de reclusão e medicalização de vários grupos sociais que um sociólogo — Sérgio Adorno — vem realizando em sua pesquisa sobre a assistência aos pobres no Estado de São Paulo. Queria também destacar o trabalho de

Ítalo Tronca sobre o imaginário da lepra e as instituições correlatas, onde ele analisa o discurso médico sobre a lepra, a construção do imaginário da doença, muito referenciado por Foucault. E no Rio de Janeiro, Magali Engel escreveu sobre o discurso médico higienista e a prostituição naquela cidade no século XIX.

O resultado desse rico contato foi, ao mesmo tempo que estimulante, problemático. Apesar de não considerar cada um desses trabalhos indicados, já que demandaria um tempo muito maior, acho problemática a apropriação de determinados conceitos foucaultianos por nós, historiadores. Vários autores trabalharam com determinadas noções como a de poder disciplinar sem contudo questionar o quadro conceitual ou referência metodológica que norteava a produção foucaultiana. Não raro encontramos análises que tomaram como referência inicial obras sociológicas dos anos 60 para, em um segundo momento, circunscreverem o estudo a uma dimensão micro do objeto escolhido. Por exemplo, eu tive contato com um trabalho que fazia a análise das formas arquitetônicas esportivas do período Vargas, denominadas como formas arquitetônicas panóticas. E o trabalho fazia toda essa incursão, visivelmente marcada por Foucault, para mostrar como no período Vargas são inúmeras as estratégias de cooptação e de produção do indivíduo. Por exemplo, a criação do ginásio, do estádio e de vários espaços que definiam a forma de comportamento e os padrões do indivíduo. Mas ao mesmo tempo, de repente ele dava um corte e contextualizava essa produção arquitetônica, por exemplo, na Revolução de 30, referenciada pela análise sociológica dos anos 60 marcada por sociólogos e pelo marxismo e que não tem nada a ver com Foucault. Assim, o trabalho mesmo ficava completamente defasado porque em um mesmo estudo operava-se em dois campos epistemológicos diferentes.

Ao contrário, portanto, do que propôs Foucault, a análise micro era combinada com modelos macro de interpretação globalizante da sociedade e da política. Lembramos que ao criticar o projeto de uma história totalizante, Foucault, na *A arqueologia do saber*, defendeu o projeto de uma história geral construída a partir das discontinuidades, das rupturas e do entrecruzamento de séries organizadas pelo historiador. Então isso é totalmente contrário ao que essa produção

sociológica dos anos 60 fazia e esse trabalho, por exemplo, citado acima, combinava tudo isso.

Menos brutal foi a aproximação do filósofo com os historiadores marxistas ingleses, como Thompson, e aí me refiro a mim mesma porque fiz essa aproximação. Ao mesmo tempo que me deslumbrava com Foucault, eu me fascinava com Thompson e ficava num dilema muito grande por não saber de qual dos dois gostava mais. Mas naquela época, estávamos ainda tomando contato com estes autores e a questão não estava colocada de uma maneira tão precisa como hoje. Não foi só eu que fiz este casamento, porém concordo que são casamentos impossíveis. Penso então nestes trabalhos que oscilaram entre uma história genealógica, em que os agentes sociais aparecem como efeitos do poder e da emergência dos saberes, e a valorização das suas existências sociais numa atitude militante, nitidamente preocupada em realçar a importância da ação do sujeito na história. Essa tensão encontra-se em vários estudos, sobretudo naqueles voltados para a condição operária e os movimentos sociais. De um lado, busca-se mostrar a combatividade histórica dos setores oprimidos da sociedade, priorizando a sua capacidade organizativa autônoma. Do outro, investigam-se a formação dos saberes e a genealogia das relações de poder inscritos nas “instituições de seqüestro” que constituem a sociedade burguesa. Então isso é uma questão muito problemática porque, se de um lado a historiografia brasileira cresce com a descoberta dos “vencidos” — é uma avalanche de produções sobre os operários, as minorias, etc. — buscando desfazer seus “silêncios” e colocá-los como protagonistas centrais da história, por outro lado, usando Foucault, dissolviam-se o sujeito. Então havia trabalhos sobre escravidão, negros, loucos, prostitutas, crianças, etc., preocupados em dar voz aos “vencidos” e, portanto, em afirmar a ação do sujeito e mostrar que o escravo, o operário, a prostituta, o louco não eram tão passivos, inexistentes, atrasados e irracionais, mas que eles também tinham propostas, também eram combativos, também sabiam se organizar com partido ou sem partido algum. Eu, por exemplo, queria mostrar que o anarquismo era uma força, que os libertários sabiam se formular a despeito dos intelectuais orgânicos. Mas isso era muito contraditório porque, ao mesmo tempo em que trabalhava com a tendência de dar voz aos “vencidos” e retirar os pobres do silêncio,

mostrando sua racionalidade, ao contrário do que o discurso liberal afirmava, utilizava Foucault, que dissolvia o sujeito e o mostrava como efeito das redes de relações e da formação de saberes.

Então a questão ficou muito complicada porque, pelo lado do filósofo, minimizava-se a ação do sujeito e descartava-se a importância da sua ação racional e consciente, e pelo lado de Thompson fazia-se o contrário, mostravam-se os homens agindo e fazendo a sua história o despeito das estruturas. E isso foi realmente um impacto.

Pelo lado dos estudos feministas, a confusão aparece claramente delineada, aliás uma dificuldade que já está presente nas discussões dos Annales. Eu estou trabalhando com Marc Bloch, Lucien Febvre, e Braudel e estou vendo que essa problemática está lá também, ou seja, o homem faz história ou o homem é determinado pelas estruturas econômicas, sociais ou geográficas? Essa discussão está forte no próprio interior dos Annales, que são considerados como “estruturalistas”, no sentido de que o indivíduo é produzido pelas estruturas, em oposição a essa grande vertente historiográfica inglesa ligada ao Partido Comunista que enfatiza a ação dos indivíduos, a exemplo de Hobsbawm ou, marxista de outra maneira, do próprio Thompson, e tem toda uma quantidade de historiadores muito importantes e influentes. Mas voltando aos estudos feministas, esta questão aparece claramente nas dificuldades suscitadas pelo debate entre os estudos sobre a mulher e os estudos sobre as relações de gênero. E isso é uma briga muito grande, pois acham que não dá para os estudos feministas se ocuparem das relações de gênero porque deste modo se dissolve o sujeito, que seria a mulher, e a produção feminista é uma produção militante que quer mostrar justamente a capacidade racional e produtiva das mulheres. Nesse caso, as relações de gênero deslocariam o campo conceitual a partir do qual o trabalho seria produzido. Então isso tem dado muita discussão.

Falando brevemente, é visível o mal-estar partilhado por uma historiadora do porte de Joan Scott quando, provinda de uma formação marxista e de estudos marcadamente militantes, isto é, preocupados em provar a combatividade das mulheres, especialmente as de condição social inferior, passa a defender a análise das relações de gênero, apoiando-se no conceito de “deconstrução” de Derrida. É uma coisa muito complicada, então, porque ela vai tentando combinar uma

influência marxista com a incorporação do estudo das relações de gênero trabalhando com Derrida, que se localiza em um outro campo conceitual.

Muito mais do que uma mudança de objeto, acredito eu, trata-se de uma enorme mudança de campo epistemológico, de referências teóricas dificilmente compatíveis entre si. Fazendo a crítica ao marxismo, os "filósofos da diferença", entre os quais Foucault e Deleuze, se não postulam uma metodologia e uma filosofia da história, não podem ser apropriados no interior de um sistema conceitual tão acabado quanto o marxismo. Noções como sentido da história, necessidade do processo histórico, para não falar em leis imanentes ao desenvolvimento social, realidade objetiva ou concreta, desvelamento/desvendamento das aparências ou do véu da ideologia para se chegar à essência verdadeira, história totalizante, síntese das múltiplas determinações, infra-estrutura econômica e superestrutura cultural, reflexo do nível ideológico, entre outros, são conceitos absolutamente descartados. Impossível, portanto, utilizar apenas o conceito de poder disciplinar no interior daquele pensamento, já que este próprio conceito supõe a crítica dos conceitos de ideologia, essência, verdade objetiva, real, etc.

Vale ainda ressaltar que não se trata, no caso de Foucault, de negar a combatividade histórica do proletariado e dos oprimidos em geral. Foucault não tem essa questão e falo isso porque houve um momento em que se dizia que Foucault era interessante, mas que ele não lidava com a luta de classes e com isso se encerrava o caso. Dizia-se que era um discurso liberal e ponto final. Mas para ele, a questão não é essa, a de mostrar se o proletariado é combativo ou não, se as mulheres são combativas ou não, embora tenha sido um militante. Seu problema é dissolver uma representação do homem como sujeito unitário consciente, que possibilita e informa aquele tipo de análise e o humanismo em geral. Remetendo a Marx, a Freud e a Nietzsche, o filósofo afirma que nem tudo pode ser explicado pela atuação consciente dos indivíduos e uma história que pretenda privilegiar a entrada em cena de quaisquer setores sociais enquanto agentes fundamentais do movimento histórico, corre o risco de mistificar a capacidade de construção da história pelo homem. Na década de 80 foi muito forte esta tendência de retirar os "vencidos"

do silêncio e, portanto, mostrar como eles são combativos e como a sua ação consciente era forte e impactante.

Vale lembrar que estas questões, sobretudo o peso das estruturas presentes sobre as ações humanas, não estão apenas em Foucault, mas também nos *Annales* e na *Nova História*.

Temos que lembrar que Marc Bloch e Lucien Febvre escrevem num momento em que vários cientistas procuram mostrar como o meio determina o homem, como a língua determina a fala. Quer dizer, em vários campos há produções que remetem às estruturas, como por exemplo Freud descobrindo o inconsciente e mostrando que o indivíduo é muito mais que sua atuação consciente.

Então diz Foucault que somos produzidos por relações de poder, somos efeitos mais do que produtores, estamos envolvidos em redes de relações de dominação no interior das quais são produzidos os saberes, que não é que nos conhecem, são saberes que nos instituem, codificando, classificando e, supostamente, explicando. Para o historiador trata-se, então, de perceber essa rede e os mecanismos de funcionamento do poder menos do que acreditar que existimos antes da sociedade e da cultura — ou por detrás dela — numa suposta natureza que a razão burguesa imaginou e onde nos alojou.

Dessas colocações, vale ressaltar a *desnaturalização do objeto* proposta pela história arqueo-genealógica. O método, em Foucault, opera um deslocamento “copernicano”, como diz Veyne, no que seria o trabalho do historiador, pois passa do objeto dado às práticas sociais que o engendram. Se os objetos nos são dados como naturais, Foucault nos alerta para sua “raridade”, para a maneira como as práticas discursivas ou não-discursivas produzem ou objetivam-nos.

Novamente recorrendo a Paul Veyne: “O que é feito, o objeto, se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história. Enganamo-nos quando pensamos que o fazer, a prática, se explica a partir do que é feito”. Isso para nós é uma questão muito importante e difícil porque — eu penso por mim — nós estamos formados a entender o objeto como sendo o real sobre o qual nos debruçaríamos e tentaríamos determinar de ponta a ponta, ou não de ponta a ponta, mas determinaríamos e o discurso representaria esse real. Agora vem Foucault e diz que o discurso não representa o real, que ele não diz a coisa necessariamente, mas que são as práticas sociais discursivas e

não-discursivas que recortam e configuram o objeto. Então não se trata de dizer que se nega a real. A questão não é essa. Ele não é um idealista que acha que tudo vem da imaginação e, portanto, teríamos um real negado, mas ele vai dizer que não existe o objeto pronto como nós tenderíamos a ver. Por exemplo, rigorosamente falando, não poderíamos fazer uma história das cidades ao longo da evolução da humanidade. Não poderíamos ir buscar a cidade na Grécia, porque na Grécia não há cidade: há pólis e pólis não é cidade. São outras práticas e outras formações discursivas definidas e instituídas pelas práticas. Então o recorte é outro. Portanto, o objeto é outro.

Assim, ele vai dizer que o ato, a ação é o acontecimento. Mas o discurso também é um acontecimento. Ele não é uma representação do acontecimento. Não bastaria, então, ter contato com o documento, com o discurso sobre o fato para se chegar ao fato, como se este remetesse àquele necessariamente. Por exemplo, quando Foucault trabalha com Pierre Rivière, que matou a mãe e a família, ele diz que o crime de Rivière e o seu memorial são dois acontecimentos históricos. O crime de Rivière é um acontecimento e o memorial, no qual ele conta que matou a mãe e porque fez isso, também é um acontecimento. Um remete ao outro, mas um não é o espelho do outro. Então Foucault nesse trabalho se pergunta sobre as condições de possibilidade da emergência desse discurso e daqueles que tomaram como objeto, produziram-no como sujeito. Porque a partir do memorial se tem o discurso médico e o discurso jurídico sobre Rivière e Foucault vai mostrar como esses diferentes discursos recortam o discurso de Rivière, tentando explicar seu crime, e o produzem ao mesmo tempo. Um produz a figura de Rivière como louco; o outro produz Rivière como sendo cruel e, em outro, Rivière se produz como sendo justiceiro. Então há múltiplos “Rivières” sendo produzidos e Foucault traz à tona essa multiplicidade de sujeitos produzidos por discursos diferentes a partir do memorial do próprio. A questão não é tanto o crime dele como uma disputa entre médicos e juristas para dizer quem tem a verdade sobre Rivière e, no interior dessa briga, uma definição do camponês como louco, como cruel e ele mesmo se apresentando como sendo um justiceiro ou, em alguns momentos, cruel. Foucault apresenta o memorial de Rivière como uma arma discursiva e quando o camponês toma palavra e tenta se explicar

racionalmente os médicos o acusam de louco, de irracional e, portanto, como alguém que nada tem a declarar. Foucault vai mostrar então como o poder tenta domar o discurso de Rivière, enquadrando-o numa grade conceitual, apagando sua diferença e sua estranheza.

Recentemente, um doutorando da UNICAMP, professor da Universidade Federal da Paraíba, fez um trabalho excelente comparando “*O queijo e os vermes*” de Carlo Ginzburg com *Pierre Rivière* de Foucault (Durval M. de Albuquerque Jr. “Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio”, *Revista de Cultura Resgate*, Campinas, Ed. Papyrus, nº 2, 1991). É um artigo onde ele trabalhou mais a questão de como referências conceituais diferentes produziam resultados também diferentes porque os dois estão trabalhando com camponeses no século XVI que foram silenciados. Durval mostra como Ginzburg acaba enquadrando o discurso de Menocchio ao torná-lo representante de sua classe. Ele vê esse trabalho de discurso de Menocchio para finalmente mostrar como ele era representante da cultura camponesa de um determinado período histórico.

Já Foucault não se preocupa em enquadrar Rivière numa grade conceitual que o explique. Ele não se preocupa em explicar os atos e palavras de Rivière, mas em entender como essas palavras e atos foram silenciados. A produção do silêncio é que constitui o seu objeto, a sua preocupação. O texto não explica o crime de Rivière, mesmo porque não há apenas um Rivière, mas vários, aqueles que os diferentes discursos constroem. Ou seja, através do trabalho de Foucault dá para perceber vários “Rivières” ocupando vários lugares e se deslocando de um lugar para o outro, enquanto o Menocchio de Ginzburg é apresentado como síntese de uma totalidade histórica que ele representa. Então, para Foucault, Rivière não pode ser uma síntese, mas ponto de cruzamento de diferentes redes discursivas que falam de experiências diferenciadas e que cada discurso recorta de um jeito. Portanto, não é negar o real. É produzir um objeto a partir de determinados recortes e configurações.

A questão então é entender como se produz esse silêncio. É desfazer essa rede discursiva que o captura, conforma e cria uma suposta continuidade. O discurso médico que analisa o memorial de Rivière quer provar que ele é louco e para tanto analisa o aconteci-

mento, o crime e a fala do camponês, estabelecendo uma linha de continuidade e uma ordenação que permita a justificação da sua tentativa de definição. Foucault dirá, através de sua leitura de Nietzsche, ao criticar a “história dos historiadores”, que a história genealógica não busca reencontrar as raízes de nossa identidade, encontrar o destino da continuidade histórica que permite nos explicar a nós mesmos no presente, mas que “ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam”.

Num conhecido trecho do artigo *Nietzsche, a genealogia e a história*, Foucault afirma: “A história será efetiva na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos, dramatizará nossos instintos, multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo. Ela não deixará nada abaixo de si que teria a tranqüilidade asseguradora da vida ou da natureza. Ela não se deixará levar por nenhuma obstinação muda em direção a um fim milenar. Ela aprofundará aquilo sobre o que se gosta de fazê-la repousar e se obstinará contra sua pretensa continuidade. É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar”.

Gostaria de lembrar o trabalho de François Furet sobre a história da Revolução Francesa, que realmente me deixou fascinada porque me preparei para ler mais um estudo sobre a Revolução Francesa e ver como esta realmente ocorreu. Aí ele não fazia nada disso, mas se perguntava porque os franceses precisam estudar tanto a Revolução Francesa. E responde dizendo que eles têm a necessidade de construir a própria identidade. Que o homem contemporâneo se sente perdido nesta sociedade e para se defender precisa construir seu porto seguro. Então gostei muito dessa colocação de Furet.

Aqui se encontra uma das maiores contribuições de Foucault para o conhecimento histórico: já não se trata de interpretar os objetos históricos entendidos como dados; cada época interpreta de uma maneira, imprimindo-lhes um sentido ao longo do processo histórico. Não mais uma história da cidade, por exemplo, ao longo das épocas antiga, medieval, moderna e contemporânea. Não mais uma história dos dominados através dos tempos ou do homossexualismo, nos mostra que os objetos históricos são constituídos historicamente. Portanto, não mais uma história das formas punitivas, do Ancien Regime à Era Moderna, que comprovasse o nosso progresso em

direção a uma maior humanização, ao passar do suplício para a prisão. Mas um questionamento das forças que estiverem em conflito no momento em que se produz a emergência de um acontecimento, ou seja, a vitória da prisão como forma punitiva exemplar em função de uma determinada lógica ou racionalidade.

Existe um trabalho de Merchior, onde ele critica Foucault por ter feito *Vigiar e punir* sem sequer referir-se à Revolução Francesa, portanto “descontextualizando” a explicação do nascimento da prisão. Quando li este texto de Merchior, pensei que eu achava justamente o oposto, isto é, que a sofisticação metodológica de Foucault consistia em fazer falar o tempo todo os personagens da Revolução Francesa, referindo-se a Robespierre, a Rousseau, enfim a vários personagens que se você não prestasse atenção passariam despercebidos, prescindindo, portanto, de um quadro explicativo tradicional que seria construído a partir da sociedade e da política. Você construiria um quadro, explicaria o acontecimento diante desse quadro, que seria o contexto. Achei sofisticado o procedimento de Foucault, porque ali onde os historiadores iam buscar a invenção da liberdade, ele mostrava o nascimento da prisão. Os historiadores frequentemente vão para a França do século XVIII estudar a Revolução Francesa e querem mostrar o nascimento da liberdade. Para mim foi um espanto me dar conta da sofisticação do deslocamento que ele operava ao ir para o mesmo lugar buscando outras questões.

Do mesmo modo, quando o filósofo-historiador mostra que o amor entre os homens não remete ao conceito de homossexualismo na Grécia Antiga, porque ele vai dizer que o conceito de homossexualismo é de 1870 e, portanto, ele não pode recobrir práticas que se configuram entre homens na Grécia Antiga, alerta-nos para a importância de se desfazer de noções e referências que anacronizam a pesquisa e que nos impediriam de captar a historicidade e singularidade de determinadas práticas sociais.

Porque isso é um problema para nós. Por exemplo, a tendência de enxergar a prostituição como a profissão mais antiga do mundo, de todas as épocas, em todas as sociedades, ou enxergar que os homens sempre quiseram o poder, sempre quererão, enfim, construir uma “essência natural” é muito forte. Temos esta tendência de ir buscar ao longo da história como é que a coisa ou o objeto se transformou, ao

contrário de perceber que não existe esse objeto, que esse objeto é um recorte, que são práticas sociais que configuram tal ou qual objeto, enfim, que as práticas são objetivadas de tal maneira a partir da formação de determinados saberes e de conceitos.

O mesmo poderia ser dito em relação à história das cidades: se a pólis grega não configura a cidade moderna, as implicações de uma projeção retroativa do conceito para outros períodos além do qual foi formulado significará incorrer em graves erros.

E, portanto, o historiador perde a missão histórica de revelar para onde aponta o presente, que é o que nos levou a fazer história.

Por outro lado, se é possível historicizar cada prática social e perceber que o conceito que a nomeia não é intrínseco à coisa, que por trás da unidade que o conceito produz se encontra uma multiplicidade de acontecimentos, o historiador ganha ainda pela possibilidade de recortar livremente séries documentais e explicativas do passado muito mais amplas. Não se trata, assim, de buscar uma suposta finalidade histórica na ordenação dos fatos operada pelo historiador, mas de deconstruir a história e de perceber a que representação de história estivemos presos desde o século passado, impedindo-nos de abrir novos temas e de criar novas referências conceituais.

Portanto, não mais desvendar um suposto encadeamento natural que ligaria os acontecimentos entre si numa grande linha de continuidade, não mais acreditar poder chegar à verdade objetiva ou à essência originária, não mais a busca da totalidade, mas trabalhar as discontinuidades, perceber a historicidade dos instintos, sentimentos, gestos, práticas sociais e culturais, das formações discursivas: captar a singularidade e a positividade dos acontecimentos. O historiador “genealógico” se dá conta, então, de que a história é a sua história, sua maneira específica de construir o passado, de trabalhar a relação memória-esquecimento, sem que este procedimento se identifique à ficção. Afinal, lidamos com matérias empíricas e não com meras invenções do pensamento.

Nesta concepção do trabalho historiográfico, a utilização do documento muda radicalmente. Este deixa de ser percebido como signo da alguma coisa real, como expressão da “realidade objetiva” como “reflexo” que traduz imediatamente aquilo de que fala, para tornar-se monumento, devendo como tal ser decodificado em suas

camadas sedimentares. Afinal, os enunciados não se reportam a algo nem exprimem um sujeito, remetendo apenas para uma linguagem, como explicará Deleuze, lendo Foucault. A prostituta de que fala o discurso médico-higienista não remete e explica a prostituta que realmente existiu: não são necessariamente figuras coincidentes como tenderíamos a crer. E, aliás, como poderíamos saber quem realmente era esta identidade construída sobretudo no século XIX por uma referência médico-policial?

As identidades são máscaras sobrepostas a outras máscaras, diz Foucault, remetendo a Nietzsche, codificações classificatórias que esquadriham o indivíduo no espaço social urbano, sobretudo no momento em que a preocupação em decifrar o outro assume importância fundamental. Acho que todo mundo sabe o quanto o século XIX se especializa em criar identidades e em identificar os indivíduos (o desenvolvimento dos processos fotográficos, o conhecimento da antropologia criminal, dos sistemas de identificação do indivíduo na massa, dos criminosos e anarquistas, delinquentes possíveis). De que identidade falamos?

Como acreditar então nessa construção que faz com que a identidade pessoal ou grupal coincida com sua verdade primeira, com a própria essência originária que brota do fim do ser? Nada que naturalize o homem ou o objeto histórico é aceito pelo pensamento diferencial. Nesse sentido, eu queria lembrar o trabalho de Claudine Haroche chamado *História do rosto* que é fundamentalmente marcado pelas formulações foucaultianas. Também na *História da vida privada*, existe um texto de Alain Corbin chamado *Os segredos do indivíduo*, que fala muito do crescimento desses processos de identificação no momento em que a massa, a multidão se colocam como problema e a necessidade de decifrar o outro se acentua.

Finalmente, o terceiro momento de impacto do pensamento de Foucault se caracteriza pela descoberta de um novo domínio de problematização. Aquele que, para além dos códigos normativos que circulam pelo social e pretendem orientar as condutas humanas, interroga pelos modos subjetivação, isto é pela maneira pela qual as pessoas se orientam na vida social e constituem suas referências morais. As obras *O uso dos prazeres* e *Os cuidados de si* foram, nesse sentido, decisivas para uma nova colocação das problematizações de

Foucault. Do sujeito ao poder, das práticas às formações discursivas, passava-se agora à discussão das possibilidades de uma “estética da existência” e da importância histórica do conhecimento dos modos processos pelos quais os indivíduos são adestrados-ou não-em relação às normas em nossa cultura.

Tratava-se, então, de dar visibilidade ao campo de possibilidade da emergência de outros modos de subjetivação na sociedade contemporânea. Essas reflexões orientaram e vêm orientando vários trabalhos ainda em vias de realização. Particularmente, foi de importância fundamental para nossas discussões sobre o mundo da prostituição nas décadas iniciais do século, em São Paulo. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo*, que publiquei recentemente, orientou-se basicamente pelas reflexões foucaultianas, sobretudo por essas reflexões que ultrapassaram a questão da normatização do corpo e da mulher. Tentei sair do discurso médico da prostituição. Eu queria ver um pouco da sociabilidade do mundo dos bordéis no momento em que os artistas, os intelectuais, a boemia freqüentam os bordéis e os cabarés chiques da cidade. Aí tentei incorporar a problematização das referências morais e das formas de subjetivação que informavam os comportamentos femininos no universo do submundo da cidade em processo de modernização.

Para encerrar, filósofo, Foucault foi um historiador extremamente preocupado com as questões do presente, como diria Deleuze em artigo recente. Em Nietzsche, encontrou inspiração para saber como “agir contra o tempo e, assim sobre o tempo; em favor, espero, de um tempo futuro”. Aliás, o próprio Foucault nunca deixou de se pronunciar a respeito de suas motivações. Termino com uma citação do próprio: “O problema político, ético, social e filosófico que se coloca a nós hoje, não é o de liberar o indivíduo do Estado e de suas instituições. Mas, liberarmo-nos do Estado e do tipo de individualização que se promove, recusando o tipo de individualidade que nos impuseram durante vários anos”.

Obrigada!